

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Após a conclusão de processo administrativo disciplinar contra servidor público federal, a autoridade pública que tem atribuições legais para editar ato punitivo, suspendeu o servidor por cento e vinte dias.

Nessa situação hipotética, o ato de suspensão do servidor por cento e vinte dias é nulo por vício de

- A forma.
- B finalidade.
- C objeto.
- D motivo.
- E competência.

QUESTÃO 22

A Lei n.º 9.784/1999, ao prever que, sem prejuízo da atuação dos interessados, o processo administrativo no âmbito federal pode ser impulsionado pela própria administração, declara o princípio da(o)

- A finalidade.
- B concordância prática.
- C informalismo.
- D gratuidade.
- E oficialidade.

QUESTÃO 23

Com a conclusão do processo administrativo disciplinar contra um servidor público federal detentor de cargo em comissão junto a determinado tribunal regional eleitoral, o servidor foi apenado com a destituição do seu cargo.

Nessa situação hipotética, a penalidade deverá ser aplicada pelo(a)

- A autoridade que houver feito a nomeação.
- B presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- C autoridade administrativa de hierarquia imediatamente inferior ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- D chefe da repartição.
- E presidente da República.

QUESTÃO 24

O secretário de segurança pública de determinado município brasileiro editou portaria proibindo a venda de bebidas alcoólicas no dia do pleito eleitoral.

Nessa situação hipotética, o ato do secretário tem como fundamento o

- A poder disciplinar, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.
- B poder de polícia, sendo a justiça estadual o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.
- C poder de polícia, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.
- D poder regulamentar, sendo a justiça estadual o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.
- E poder regulamentar, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

QUESTÃO 25

A respeito da organização administrativa, das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público, julgue os seguintes itens.

- I Pessoa que tenha atuado, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização e realização de campanha eleitoral não poderá ser indicado como administrador de empresa pública e sociedade de economia mista.
- II Caso determinado tribunal regional eleitoral pretenda firmar termo de parceria com entidade privada sem fins lucrativos destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a promoção do voluntariado no período eleitoral, deverá fazê-lo com organização social.
- III Caso uma entidade privada sem fins lucrativos receba a qualificação do poder público de organização da sociedade civil de interesse público, passará a integrar a administração pública indireta.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 26

João, no exercício de cargo em comissão junto à administração pública, foi flagrado facilitando meios para que Antônio, seu amigo particular, praticasse conduta que o enriquecesse ilicitamente à custa do erário.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Ambos deverão ser penalizados pela prática de ato de improbidade, mas o termo prescricional inicial para a ação de improbidade é distinto para eles.
- B Apenas João poderá ser penalizado pela prática de ato de improbidade tendo em vista que Antônio não possui vínculo com a administração pública.
- C Somente Antônio poderá ser penalizado pela prática de ato de improbidade visto que João não se beneficiou do seu próprio ato permissivo.
- D Nenhum dos dois poderá ser penalizado porque não ficou configurada conduta ímproba.
- E Os dois poderão ser penalizados pela prática de ato de improbidade, e o termo prescricional inicial para a ação de improbidade é idêntico para ambos.

QUESTÃO 27

A respeito das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- I As normas de eficácia absoluta, assim como as cláusulas pétreas, são normas constitucionais intangíveis.
- II As normas de eficácia plena têm aplicabilidade mediata, porque seus efeitos podem ser postergados.
- III As normas de eficácia relativa restringível ou de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, embora sua eficácia possa ser reduzida conforme estabelecer a lei.
- IV As normas de eficácia relativa complementável têm produção mediata de efeitos, ou seja, enquanto não for promulgada a legislação regulamentadora, não produzirão efeitos positivos, além de terem eficácia paralisante de efeitos nas normas anteriores incompatíveis.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 28

No que se refere ao Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a opção correta.

- A Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B O TCU é composto por nove ministros; todos, auditores de carreira do tribunal, entre os quais um terço é escolhido pelo presidente da República e dois terços, pelo Congresso Nacional.
- C Ao TCU compete julgar as contas dos administradores e de demais responsáveis por valores públicos da administração direta e indireta.
- D O ato de sustação de contrato será adotado diretamente pelo TCU, que solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.
- E Ao TCU cabe o julgamento da legalidade de demissão de pessoal da administração direta e indireta.

QUESTÃO 29

Acerca da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A É de responsabilidade da União organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.
- B Os servidores das Defensorias Públicas devem ser remunerados na forma de salários, observado o teto constitucional.
- C À Defensoria Pública da União é assegurada a iniciativa de sua proposta orçamentária.
- D São princípios institucionais da Defensoria Pública a inamovibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.
- E A Defensoria Pública é uma instituição essencial à orientação jurídica e à defesa do Estado, em todos os graus.

QUESTÃO 30

O poder público municipal, mediante lei específica para terreno incluído no plano diretor do município, pode, nos termos da lei federal, exigir

- A a concessão de instrumentos creditícios e fiscais para a política agrícola de terras devolutas.
- B a desapropriação com pagamento por meio de título da dívida agrária, desde que previamente aprovada pela Câmara Legislativa do respectivo estado.
- C o adequado aproveitamento do solo pelo proprietário quando subutilizado ou não utilizado.
- D a alteração do plano diretor da cidade com base em decreto executivo.
- E a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária.

QUESTÃO 31

O Sistema Único de Saúde (SUS)

- A tem competência para fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- B pode contar com auxílio da iniciativa privada para a assistência à saúde desde que tenha prévia autorização.
- C pode contratar agentes comunitários de saúde somente por meio de concurso público.
- D participa de uma rede universalizada e hierarquizada de atenção à saúde, vinculada exclusivamente ao Poder Executivo federal.
- E é financiado com recursos do orçamento fiscal.

QUESTÃO 32

O Plano Nacional de Cultura, estabelecido em lei, visa ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à

- A privatização dos conjuntos urbanos e dos sítios de valor histórico.
- B internacionalização da cultura.
- C formação para o atendimento do estrangeiro.
- D estatização do patrimônio cultural.
- E democratização do acesso aos bens de cultura.

QUESTÃO 33

A respeito das previsões contidas nas leis eleitorais, que visam garantir a celeridade específica do direito eleitoral, assinale a opção correta.

- A Os processos eleitorais têm prioridade de tramitação, com preferência sobre *habeas corpus* e mandados de segurança originários da justiça comum.
- B São irrecuráveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), salvo as que contrariem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- C O prazo para a interposição de recursos eleitorais é de três dias, exclusivamente com efeito devolutivo, e inexistente a abertura de prazo para a apresentação de contrarrazões a eles.
- D Não há a garantia de vitaliciedade aos juízes dos tribunais eleitorais, que servirão por dois anos, no máximo, e nunca por mais de uma investidura.
- E É de dois anos o prazo para o trâmite de processo eleitoral que possa resultar em perda de mandato.

QUESTÃO 34

De acordo com a legislação vigente no país, o TSE

- A não tem competência originária para julgar recurso contra expedição de diploma envolvendo eleições estaduais.
- B não tem competência originária para julgar recurso contra expedição de diploma envolvendo eleições federais.
- C é competente para decidir sobre o acerto das decisões dos tribunais de contas que configurem causa de inelegibilidade.
- D não tem competência penal originária.
- E é competente para processar e julgar mandado de segurança contra ato de membro de tribunal regional eleitoral.

QUESTÃO 35

O prazo concernente à hipótese de inelegibilidade, previsto na Lei Complementar n.º 64/1990, devido a condenação transitada em julgado por crime cometido

- A deverá se projetar por oito anos após o cumprimento de pena privativa de liberdade, não sendo aplicável nos casos de multa.
- B deverá ser contado a partir da data em que for declarada judicialmente a prescrição da pretensão executória.
- C não será aplicado quando a justiça comum reconhecer a prescrição da pretensão executória da pena aplicada.
- D não será aplicado quando a justiça eleitoral reconhecer a prescrição da pretensão executória da pena aplicada.
- E deverá se projetar por oito anos após o cumprimento de pena, seja ela de multa, privativa de liberdade ou restritiva de direito.

QUESTÃO 36

O Ministério Público Eleitoral

- A tem legitimidade concorrente para apurar e punir violação de deveres partidários pelos filiados.
- B não poderá impugnar registro de candidatura que já tenha sido impugnado por partido político ou coligação.
- C possui legitimidade exclusiva para representar à justiça eleitoral por abuso do poder econômico ou do poder de autoridade.
- D atua nas esferas criminal e civil da área eleitoral, mas não atua na esfera administrativa.
- E tem legitimidade exclusiva para a propositura de ação penal de natureza eleitoral e, em caráter excepcional, de ação penal privada subsidiária.

QUESTÃO 37

O registro do estatuto de partido político deverá ser realizado

- A no TSE, para que seja assegurada ao partido a natureza jurídica de pessoa jurídica de direito privado.
- B no cartório de registro civil das pessoas jurídicas da capital do estado-membro onde o partido tem sede, para que seja assegurada ao partido a personalidade jurídica de natureza privada.
- C no TSE, ficando, todavia, suspenso no cartório e no tribunal caso o partido venha a se fundir com outro, na forma de seu estatuto, enquanto perdurar a fusão.
- D no TSE, para que o partido possa participar do processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito a rádio e televisão, desde que cumpridas as previsões legais.
- E no cartório de registro civil das pessoas jurídicas da capital federal, para que seja assegurado ao partido acesso gratuito ao rádio e televisão, na forma da lei.

QUESTÃO 38

Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade

- A do partido, e os candidatos e a coligação são solidariamente responsáveis por eventuais excessos.
- B do partido, e os seus candidatos são subsidiariamente responsáveis por eventuais excessos.
- C do partido, e os seus candidatos são solidariamente responsáveis por eventuais excessos.
- D dos candidatos, imputando-se solidariedade ao partido e à coligação por eventuais excessos.
- E dos candidatos, imputando-se eventuais excessos, subsidiariamente, ao partido.

QUESTÃO 39

Jovem de dezesseis anos de idade que se case com indivíduo civilmente capaz e que se torne viúva antes de completar dezoito anos de idade

- A passará, automaticamente, ao estado de relativamente incapaz.
- B regressará, desde que sentença judicial assim determine, ao estado de incapacidade.
- C permanecerá, independentemente de sentença judicial, capaz para os atos da vida civil.
- D permanecerá, desde que sentença judicial assim determine, capaz para os atos da vida civil.
- E regressará, automaticamente, ao estado de absolutamente incapaz.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- A o princípio da obrigatoriedade das leis é incompatível com o instituto do erro de direito.
- B em relação à eficácia da lei no tempo, a retroatividade de uma lei no ordenamento jurídico será máxima.
- C adota-se, quanto à eficácia da lei no espaço, o princípio da territorialidade mitigada.
- D em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com as regras de experiência.
- E será admitida correção de texto legal apenas antes de a lei entrar em vigor.

QUESTÃO 41

Pedro, com o objetivo de pagar uma dívida que possuía com Roberto, cedeu-lhe, de forma onerosa, crédito vincendo que tinha a receber de Carlos, responsabilizando-se somente pela existência do referido crédito. Na data do vencimento da dívida, Roberto descobriu que Carlos era insolvente.

Nessa situação hipotética, a dívida que Pedro tinha com Roberto

- A não estará extinta, pois Pedro assumiu a obrigação de garantir a existência do crédito.
- B estará quitada, pois o crédito foi cedido em caráter *pro soluto*.
- C não estará extinta, pois a cessão de crédito é sempre em caráter *pro soluto*.
- D estará quitada, pois não há distinção entre a cessão de crédito *pro soluto* e a cessão de crédito *pro solvendo*.
- E estará quitada, pois a cessão de crédito é sempre em caráter *pro solvendo*.

QUESTÃO 42

No que se refere ao adimplemento das obrigações, assinale a opção correta.

- A** Será inválido pagamento de dívida de menor que seja efetuado, de forma ciente, pelo pai dele, ainda que demonstre que o benefício foi efetivamente revertido em favor do incapaz.
- B** O pagamento da dívida deverá ser feito, em qualquer caso, exclusivamente ao credor.
- C** Caso seja ofertada prestação diversa da que lhe é devida, o credor deverá consentir em recebê-la, desde que seja mais valiosa que a original.
- D** Devedor cuja dívida seja paga por terceiro e que, tendo ciência da perda da pretensão do credor, se opuser ao adimplemento, não estará obrigado a reembolsar o pagador.
- E** Terceiro não interessado que pague dívida em nome próprio se sub-rogará nos direitos do credor.

QUESTÃO 43

No que tange ao adimplemento, ao inadimplemento e à extinção de obrigações, julgue os itens que se seguem.

- I O pagamento de dívida quesível deverá ser feito no domicílio do devedor, ficando o credor obrigado a buscar o adimplemento.
- II O Código Civil adota o princípio do nominalismo monetário nas dívidas em dinheiro, admitindo, contudo, que as partes convençiem cláusula de escala móvel.
- III Poderá ocorrer mora em caso tanto de inadimplemento absoluto quanto de inadimplemento relativo de uma obrigação.
- IV Multa moratória e multa compensatória poderão ser cumuladas com a exigência de cumprimento regular da obrigação principal.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 44

Ana, aflita com a fuga de seu cão, espalhou, nas imediações de sua residência, avisos públicos prometendo pagar recompensa em dinheiro no valor de R\$ 1.000 para quem fornecesse informações seguras a respeito do paradeiro do animal.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O ato de promessa de recompensa praticado por Ana tem natureza bilateral.
- B** Ana poderá revogar a promessa, mesmo após o animal ser localizado, pois a promessa constitui ato unilateral.
- C** Se duas pessoas informarem a Ana, ao mesmo tempo, a respeito da localização do cão, deverá ser realizado sorteio do valor da recompensa.
- D** Caso Ana receba de dois indivíduos, de forma sucessiva, a mesma informação que leve ao resgate do cão, o valor da recompensa deverá ser dividido entre eles.
- E** Alguém que, ignorando a promessa de recompensa, encontre o cão e o entregue a Ana poderá, ao tomar conhecimento dos avisos, exigir dela o pagamento do valor prometido.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), são consideradas como julgamento de casos repetitivos apenas as decisões proferidas em

- A** incidente de resolução de demandas repetitivas e em incidente de assunção de competência.
- B** incidente de resolução de demandas repetitivas, em recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.
- C** incidente de assunção de competência, em recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.
- D** incidente de assunção de competência, em incidente de resolução de demandas repetitivas, em recursos especiais repetitivos e em recurso extraordinário repetitivo.
- E** recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.

QUESTÃO 46

Após ter sido citado em demanda que tramita pelo procedimento comum, Celso, além de se defender quanto ao mérito das alegações, deseja alegar incompetência relativa e incorreção quanto ao valor da causa, bem como apresentar reconvenção.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CPC, devem ser apresentadas

- A** a defesa de mérito, a incompetência relativa e a incorreção do valor da causa, na contestação; e a reconvenção, em peça distinta.
- B** a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa e a reconvenção, na peça de contestação; e a alegação de incorreção do valor da causa, em peça distinta.
- C** a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa, a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em uma única peça processual de contestação.
- D** a defesa de mérito, na contestação; a alegação de incompetência relativa, por meio de exceção; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.
- E** a defesa de mérito e a incompetência relativa, na contestação; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.

QUESTÃO 47

No que concerne ao agravo interno, à comunicação dos atos processuais, aos prazos e à desconsideração da personalidade jurídica, julgue os seguintes itens.

- I Ao prolatar voto em julgamento de agravo interno, o relator pode se limitar a reproduzir a decisão agravada para se manifestar pela improcedência do recurso.
- II Na execução de título extrajudicial, é possível que o executado seja citado pelo correio.
- III Os prazos processuais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ficam suspensos no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- IV É vedado à parte requerer a desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

De acordo com a legislação processual civil, estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

QUESTÃO 48

Determinado cidadão impetrou, na justiça cível estadual, mandado de segurança contra ato do presidente do partido político ao qual é filiado, que lhe teria negado o direito de concorrer ao cargo de vereador. Na oportunidade, questionou, ainda, a validade da convenção partidária na qual foram escolhidos os candidatos do partido. Ao receber a petição inicial, o juízo declinou sua competência para a justiça eleitoral. Posteriormente, o juízo da zona eleitoral, por entender que a matéria referente a critérios do partido político para a escolha de candidatos diz respeito à validade de ato interno do partido, suscitou conflito de competência por entender que a competência seria do juízo que a havia declinado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor e com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** O conflito de competência deve ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça eleitoral.
- B** O conflito de competência deve ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça estadual.
- C** O conflito de competência deve ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça eleitoral.
- D** O conflito de competência não deve ser conhecido porque esse incidente somente pode ser suscitado pelas partes ou pelo Ministério Público.
- E** O conflito de competência deve ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça estadual.

QUESTÃO 49

A procuração geral para o foro, outorgada pela parte a seu patrono no início da fase de conhecimento, habilita o advogado a

- A** assinar declaração de hipossuficiência econômica em nome da parte.
- B** atuar na fase de cumprimento de sentença, salvo disposição contrária na procuração.
- C** receber citação ou intimação.
- D** reconhecer a procedência do pedido.
- E** representar a parte que não possa comparecer à audiência de conciliação.

QUESTÃO 50

Em razão da existência de ato lesivo ao patrimônio público, determinado cidadão propôs ação popular e incluiu no polo passivo da ação o gestor público e a pessoa jurídica de direito público responsáveis pelo ato, além dos particulares supostamente beneficiados.

Nessa situação hipotética,

- A** a pessoa jurídica de direito público deve obrigatoriamente contestar a demanda, sob pena de responsabilização do advogado público.
- B** o litisconsórcio formado no polo passivo da ação popular deve ser classificado como necessário e simples.
- C** em razão de o Ministério Público ter de atuar como fiscal da ordem jurídica, é vedado ao órgão, em qualquer hipótese, assumir o polo ativo da ação popular.
- D** de acordo com a lei, a prova da cidadania que o autor deve fazer para promover esse tipo de ação ocorre exclusivamente pela apresentação do título de eleitor.
- E** a sentença proferida se submeterá ao regime de remessa necessária apenas se o ente público vier a ser condenado.

QUESTÃO 51

Um açougueiro de uma rede de supermercados subtraiu duas peças de carne avaliadas em R\$ 78,93 e ocultou-as nas vestes, mas a sua ação que foi observada por outro empregado, que comunicou ao chefe da segurança, e este, por sua vez, acionou a polícia. O agente foi preso em flagrante e a *res furtiva* foi restituída. O agente, de cinquenta e cinco anos de idade, tinha registro de outra ocorrência de furto praticado havia mais de cinco anos, sem que o inquérito policial tivesse sido concluído.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

- A** A reincidência do agente afasta o furto privilegiado.
- B** Houve arrependimento eficaz com a restituição da *res furtiva*.
- C** O agente deverá ser absolvido em razão do princípio da insignificância.
- D** Trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.
- E** A hipótese configura tentativa de furto simples.

QUESTÃO 52

Chegando ao local de onde partira pedido de socorro de uma mulher, os policiais encontraram o ex-marido tentando arrombar a porta da casa e ameaçando-a de morte caso ela não abrisse a porta. Revistado o agressor, os policiais encontraram com ele um revólver calibre 38, municiado, que portava sem autorização. Ele disse que a arma era de um amigo, que havia lhe emprestado pouco antes, sem mencionar a intenção exclusiva de matar a ex-mulher. Vizinhos viram os policiais prendendo o agressor que gritava, exaltado, palavras ofensivas e injuriosas aos policiais.

Com relação à conduta do agressor nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

- I Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de invasão de domicílio, porte de arma de fogo e desacato.
- II Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de homicídio, porte de arma de fogo e de desacato.
- III Ao injuriar os policiais, o agente apenas manifestou a sua liberdade de expressão, assegurada pela convenção americana sobre direitos humanos, não se configurando o desacato.
- IV Se fosse consumado o intuito de matar, o delito de porte de arma poderia ser absorvido pelo homicídio, de acordo com a teoria da consunção.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B II e III.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

QUESTÃO 53

A respeito de crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta, à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- A A regra do furto privilegiado não se aplica ao crime qualificado por ruptura de obstáculo.
- B A extorsão é crime material, e a sua consumação exige a concretização da vantagem econômica exigida pelo agente.
- C O pagamento, antes da sentença, de cheque emitido sem provisão de fundos implica a extinção da punibilidade.
- D O reconhecimento da atipicidade material do furto pelo princípio da insignificância depende exclusivamente da inexpressividade do valor *res furtiva*.
- E No furto de água ou de energia elétrica, o pagamento do débito à companhia fornecedora antes de recebida a denúncia implica a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 54

Acerca de crime, imputabilidade penal e concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- A As circunstâncias e as condições de caráter pessoal sempre se comunicam entre todos que concorrem para o crime.
- B A utilização da mesma fundamentação para dosar a pena aos corréus, com análise conjunta das circunstâncias judiciais, por violar a individualização da pena, não pode ser admitida.
- C O uso de cerca elétrica nos muros das residências constitui espécie de legítima defesa putativa.
- D A ofensa irrogada na discussão da causa pela parte ou por seu procurador configura causa excludente de ilicitude.
- E O trote acadêmico em que o calouro é obrigado a ingerir álcool não configura embriaguez por força maior, não afastando a imputabilidade do agente.

QUESTÃO 55

A respeito das penas e das medidas de segurança, assinale a opção correta.

- A A atenuante da confissão espontânea é preponderante em relação à reincidência, impossibilitando a compensação plena entre uma e outra na segunda fase da dosimetria.
- B São espécies de penas privativas de liberdade a reclusão, a detenção, a prisão simples e a prisão especial.
- C São espécies de penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a obrigação de reparar o dano causado pelo crime.
- D São princípios constitucionais aplicáveis à pena a personalidade ou responsabilidade pessoal, a legalidade, a inderrogabilidade, a proporcionalidade, a individualização e a humanização.
- E A duração da medida de segurança é por tempo indeterminado, e o condenado só será liberado depois que perícia médica atestar a cessação de sua periculosidade.

QUESTÃO 56

O inquérito policial

- A pode ser desarquivado com base em novas provas quando o arquivamento estiver fundado na atipicidade da conduta.
- B deve ser substituído por termo circunstanciado nos crimes praticados no contexto de violência doméstica contra a mulher cuja pena máxima não seja superior a dois anos.
- C não deve conter, para a garantia da preservação do princípio da não culpabilidade, informações relativas à vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar ou social.
- D pode ser arquivado por iniciativa do juiz, desde que por meio de decisão fundamentada.
- E deve ser encerrado no prazo de dez dias quando apurar crime eleitoral, em caso de réu preso.

QUESTÃO 57

Por volta das dezessete horas de determinado dia, no interior de um ônibus de transporte coletivo, João subtraiu para si pertences de vários passageiros mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo. Após a ação, João empreendeu fuga levando consigo os bens subtraídos e a arma utilizada. A partir de informações fornecidas por testemunhas, policiais localizaram João às cinco horas da manhã do dia seguinte, data em que ocorreria o segundo turno das eleições para prefeito. João foi preso em flagrante e foram apreendidos parte dos objetos subtraídos encontrados em seu poder.

Nessa situação hipotética, a prisão de João foi

- A** legal: houve hipótese de flagrante esperado.
- B** legal: houve hipótese de flagrante presumido.
- C** ilegal: não pode ser efetuada prisão em período eleitoral.
- D** legal: houve hipótese de flagrante impróprio.
- E** ilegal: não houve hipótese de flagrante, e a medida cautelar dependeria de decisão judicial.

QUESTÃO 58

Acerca da aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- A** Não se aplica o princípio da retroatividade da lei mais benéfica às normas de caráter híbrido ou normas mistas.
- B** Lei nova que altere procedimento previsto no Código de Processo Penal, criando novas hipóteses de aplicação do benefício da suspensão condicional do processo, não retroagirá em decorrência da regra da aplicação imediata.
- C** Norma que altere o Código de Processo Penal e crie nova hipótese de suspensão do prazo prescricional não deve ser aplicada a fatos ocorridos em data anterior a sua vigência.
- D** O Código de Processo Penal brasileiro adotou a regra da territorialidade absoluta e o princípio da aplicação imediata da lei nova em vigor.
- E** A imunidade de jurisdição plena que rege as relações diplomáticas decorre da aplicação da regra da territorialidade adotada pelo Código de Processo Penal brasileiro.

QUESTÃO 59

Com a finalidade de beneficiar diretamente um candidato a quem apoiava nas eleições estaduais, Diego, utilizando-se de cártula de cheque falsificada, alugou um ônibus na cidade A. No dia seguinte, data das eleições, utilizou o ônibus na cidade B, para transportar gratuitamente eleitores da zona rural até as proximidades da zona eleitoral.

Nessa situação hipotética, considerando que as condutas praticadas por Diego se amoldam aos ilícitos penais previstos nos arts. 171 do Código Penal e 302 do Código Eleitoral, assinale a opção correta acerca da competência para o processo e julgamento dos crimes.

- A** Não se trata de hipótese de unidade de processo por conexão ou continência, e prevalecerá a competência do local em que foi consumada cada infração penal.
- B** Haverá unidade de processo em razão da continência decorrente do concurso formal de crimes, e prevalecerá a competência da justiça especializada.
- C** Haverá unidade de processo em razão da conexão objetiva, e prevalecerá a regra da competência da justiça especializada.
- D** Haverá unidade de processo em razão da conexão instrumental, e prevalecerá a regra da prevenção.
- E** Haverá unidade de processo em razão da conexão lógica, e prevalecerá a competência da justiça comum do local em que se consumou o crime mais grave.

QUESTÃO 60

Pedro praticou crime de furto em uma joalheria da cidade, vendeu as peças subtraídas e ficou na posse de apenas um par de alianças. Com o dinheiro da venda das peças subtraídas, Pedro adquiriu um imóvel, que foi registrado em nome de sua tia.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca das medidas aplicáveis aos bens.

- A** O par de alianças poderá ser objeto de arresto a ser decretado por autoridade judicial.
- B** O imóvel poderá ser objeto de hipoteca legal a ser decretada por autoridade judicial.
- C** O imóvel não poderá ser objeto de sequestro já que foi transferido a terceira pessoa.
- D** O imóvel poderá ser objeto de sequestro, que não dependerá de ajuizamento prévio de ação cível de ressarcimento.
- E** O par de alianças poderá ser sequestrado e colocado à disposição do ofendido para reparação do dano.

Espaço livre